

MAURICE DOBB E O “MITO DO EMPREENDEDOR”: O VELHO FRESCOR DE UMA IDÉIA

Vania Maria Cury
Instituto de Economia – UFRJ

Introdução

De qualquer maneira, enquanto não pararmos de prestar homenagem ao mito sagrado do Empreendedor e enquanto não deixarmos de sofrer assim tão alegremente, porque acreditamos que o empresário capitalista é indispensável, seremos incapazes de avaliar cientificamente os prós e os contras das diversas propostas existentes para a sua superação. (DOBB: 1924, p. 81)

O empreendedor é diferente do empresário, assim como o empreendimento é diferente da empresa. Foi no intuito de explorar esses contrastes, que Maurice Dobb escreveu o texto que será comentado a seguir. Partindo da crítica às concepções vigentes entre os economistas neoclássicos, que tendiam a glorificar o capitalista, o autor buscou na história econômica os elementos principais para nutrir seu debate. Ao recuperar parte da história do capitalismo, que mais tarde originaria sua obra mais conhecida [*A Evolução do Capitalismo*], Dobb contribuiu decisivamente para dar aos estudos históricos uma grande relevância para a teoria econômica.

É necessário, neste ponto de partida, mencionar o contexto histórico da discussão travada numa das mais importantes universidades da Grã-Bretanha, berço dos economistas neoclássicos. O texto aqui apresentado foi lido por M. Dobb na *Economics Section of the Heretics*, em Cambridge, no dia 23 de Maio de 1923. Segundo sua visão, a Cambridge School mantinha uma forte tradição na linhagem neoclássica, com descendência direta de Smith, Malthus e Ricardo, distante, portanto, da influência dos socialistas alemães e da escola austríaca. Por tais razões, seria a sede de uma das mais empedernidas trincheiras do pensamento econômico conservador.

O debate que Dobb propôs girou em torno da origem histórica do empresário capitalista, isto é, dos fatores que foram determinantes no seu aparecimento. Para os seus opositores, ele argumentou, a divisão do trabalho foi o elemento decisivo de todo esse processo: o parcelamento da atividade produtiva, cada vez mais acentuado, teria

criado a “necessidade” de um organizador da produção – o agente capitalista. Sua função histórica foi, sobretudo, a de evitar o caos, a de impedir que a excessiva divisão do trabalho levasse ao desmantelamento de uma construção que, de fato, deveria tender para uma maior eficiência e produtividade.

Ao contrário dessa tese, Dobb sugeriu a existência de um movimento anterior historicamente à divisão do trabalho, que foi muito mais decisivo para o surgimento do empresário capitalista. Sua premissa mais importante disse respeito às diferenciações sociais, sobretudo aquelas ligadas à propriedade e à riqueza, que teriam representado uma força socioeconômica verdadeiramente indicativa de mudanças. Tanto no campo, quanto nas cidades, nas diversas atividades produtivas e comerciais que se expandiram na Europa desde o fim do feudalismo, a emergência de interesses e fortunas criados a partir dessas diferenças foi fundamental para configurar uma nova sociedade.

A evocação desse processo histórico complexo, que resultou na criação da sociedade capitalista moderna, foi uma das principais contribuições de M. Dobb para o debate contemporâneo nas ciências sociais. No papel de historiador econômico, destacou-se principalmente pela ênfase que deu à história como base essencial para os estudos de economia, tratando-a como um processo – do jeito que deve ser tratada – e não como uma simples “coleção de fatos”, à qual se pode recorrer em busca de exemplos e casos ilustrativos. A atualidade de sua tese, tanto para a história econômica quanto para a história de empresas, será realçada nas páginas seguintes.

Um acerto de contas com as palavras

Muito já se debateu a dificuldade de traduzir e de interpretar textos escritos em língua estrangeira. No caso específico deste artigo de M. Dobb, cabem algumas referências iniciais a determinados conceitos, de fato centrais para o entendimento de sua tese principal. Embora a discussão semântica não pertença ao universo deste trabalho, vale a pena tomar alguns cuidados iniciais para evitar mal-entendidos posteriores. Com o recurso de alguns dicionários de língua inglesa, foram procurados os significados mais usuais de certos termos empregados pelo autor, cuja importância na definição de suas premissas pareceu fundamental.

Em primeiro lugar, o sentido de “*Entrepreneur*”. Como pode ser observado abaixo, embora as três definições apresentem diferenças de profundidade e abrangência, acabam convergindo para uma mesma direção:

Entrepreneur, entrepreneurs An entrepreneur is a person who sets up business deals in order to make a profit. EG *Entrepreneurs with a belief in the future potential of the market... ... a creative entrepreneur.*

Collins Cobuild English Language Dictionary, 1993, p. 472.

Entrepreneur (Fr) n. person controlling a commercial undertaking.

The Advanced Learner’s Dictionary of Current English, 1963, p. 331.

Entrepreneur, n. [F. See Enterprise] An employer as the person who assumes the risk and management of business. – **entrepreneurship, n.**

Webster’s Collegiate Dictionary, 1943, p. 333.

Embora tenha denominado seu artigo de *The Entrepreneur Myth*, M. Dobb não voltou a utilizar o termo *entrepreneur* para designar a figura do empresário capitalista, cuja origem histórica se dispôs a investigar. Passou a chamá-lo, desde o primeiro parágrafo, de *undertaker* e, na forma mais completa, de *capitalist undertaker*. Tal escolha criou uma dúvida inicial, que só foi resolvida após a consulta do dicionário mais antigo acima discriminado, datado de 1943. Parece que, numa seqüência evolutiva, foi sendo abandonado o emprego do termo *undertaker* para definir o empregador ou empresário, mantendo-se a sua utilização apenas para uma outra profissão:

Undertaker, undertakers. An undertaker is a person whose job is to look after the bodies of people who have died and to arrange their funerals. EG *The undertakers came from Tolmere to collect the body.*

Collins Cobuild English Language Dictionary, 1993, p. 1589.

Undertaker, n. One whose business is to prepare the dead for burial and manage funerals. (Cf. U.S.A. *mortician*)

The Advanced Learner’s Dictionary of Current English, 1963, p. 1098.

Undertaker, n. 1. One who undertakes. 2. One whose business is to prepare the dead for burial and to take charge and management of funerals.

Webster’s Collegiate Dictionary, 1943, p. 1090.

Como pode ser percebido, somente no dicionário da década de 1940, portanto cronologicamente mais próximo do momento em que Dobb escreveu seu artigo, ainda se encontrava o significado de empresário ou empregador para *undertaker*. Com o passar do tempo, o sentido da palavra terminou ficando exclusivamente para designar o “agente funerário”, forma que prevalece nos dicionários mais atuais de língua inglesa. O

verbo *to undertake*, entretanto, conservou sua significação original, nos três dicionários consultados, designando o ato de fazer, assumir, executar, contratar, empreender, realizar projetos, tarefas, negócios, ofícios, etc.

Assim sendo, é necessário mencionar o fato de que a escolha de M. Dobb pelas palavras precisas com que escreveu seu texto não pareceu dever-se apenas a uma circunstância semântica. Suas premissas teóricas, amplamente fundamentadas na experiência histórica de formação do capitalismo que analisou, indicaram-lhe a opção pelo termo *undertaker* em lugar de *entrepreneur*, em função da sistemática crítica que tentou fazer quanto ao equívoco de assimilar o capitalista ao empreendedor. Para seu julgamento, o modo pelo qual os agentes capitalistas comandam a produção e a distribuição de bens e serviços, no mundo moderno, é bastante imperfeito e ineficiente:

A conclusão parece bastante clara que, para os propósitos da economia aplicada, a associação entre o empresário capitalista e a função do empreendedor é uma fonte de erros consideráveis. O sistema de empresas capitalistas é uma forma de preencher essa função e ele a faz com relativa ineficiência. (DOBB: 1924, p. 81)

Diferenciação social e divisão do trabalho

Sem compreender o significativo peso da diferenciação social como elemento formador da ordem econômica capitalista, perde-se uma das dimensões mais ricas de todo o processo histórico que moldou a era industrial moderna. Ao contrário do que se tornou senso comum reconhecer, a divisão do trabalho não instituiu sua prevalência sobre todas as outras instâncias socioeconômicas que originaram o capitalismo. Passo a passo, o controle sobre a propriedade e sobre a riqueza, cada vez mais restrito a um número relativamente pequeno de indivíduos e grupos, consolidou um modo específico de organizar a produção e de definir a natureza e o ritmo do crescimento econômico.

Foi sobre essa base teórica que M. Dobb construiu sua argumentação. A obra da qual extraiu os pontos para criticar foi a publicação então recente do Professor A. P. Usher [*An Introduction to the Industrial History of England*], que realizou a análise do capitalismo moderno como ponto culminante de uma longa série de transformações na base fundamental da economia – a divisão do trabalho. Nessa visão, o industrialismo moderno teria se originado não no século XVIII, com a Revolução Industrial, mas nos séculos anteriores, como produto de uma contínua subdivisão do artesanato.

Desde o final do feudalismo no Ocidente, segundo o Professor Usher, cada ofício tendeu a desintegrar-se em inúmeras divisões especializadas, em escala cada vez mais extensiva. Sem deixar muito claro por que razões esse movimento cresceu dessa maneira, adiantou que, para evitar que essa especialização desembocasse no caos, alguns métodos novos de integração tornaram-se necessários, o que foi encontrado no “sistema de comissão” ou *putting-out system*. Nesse modelo de organização, um grande número de pequenos mestres artesãos, que empregava jornaleiros e aprendizes, acabou dependente de um comerciante capitalista, que colocava a produção no mercado e, com relativa frequência, adiantava a matéria-prima.

Num crescimento dinâmico e abrangente, a divisão do trabalho se estendeu para a subdivisão de várias partes de um processo homogêneo, como na fábrica de alfinetes de Adam Smith. Quando alcançou esse estágio de “evolução”, surgiu a necessidade de um plano de produção coordenado e de organização da equipe de trabalho. O empresário capitalista era agora necessário, não apenas como um mercador, como um elo essencial entre os produtores e o mercado, mas como um disciplinador, aquele que consegue organizar e controlar os movimentos de produção e distribuição, e o sistema fabril foi o seu resultado, como concluiu o Professor Usher.

A leitura de M. Dobb criticou o caráter laudatório dessa concepção acerca da origem do empresário capitalista, assim como do industrialismo moderno. Encarando-a como uma “apologia do sistema de empresa capitalista”, o autor discordou com veemência dessa visão que pretendeu enunciar o agente capitalista como a condição necessária do intrincado modelo de especialização (e parcelamento) que constituiu a indústria moderna. De forma irônica, apontou as suas incongruências:

Segundo essa visão, da mesma forma que as limitações da natureza sempre impuseram à humanidade certa dose de ‘determinismo’ e de ‘necessidade’, um determinado estágio da divisão do trabalho estabeleceu sobre a sociedade a necessidade do empresário capitalista. Os economistas pioneiros, então, estavam corretos ao afirmar que os males dos quais se queixavam os socialistas deveriam ser atribuídos não a fatores institucionais, mas a fatores de ordem natural. (DOBB: 1924, p. 68)

Tal abordagem da história econômica serviu, de acordo com Dobb, para conciliar os economistas neoclássicos, então predominantes em Cambridge, com o passado histórico do próprio capitalismo, no qual puderam buscar inspiração para suas

formulações teóricas. O empresário, mais constantemente chamado de “empreendedor”, cumpriria uma função econômica e social da maior relevância, tendo em vista que em suas mãos repousava o poder de decisão acerca da “melhor e mais efetiva” distribuição dos recursos entre vários usos competitivos. Ele seria, então, o centro nervoso de um organismo infinitamente complexo e delicado.

O ponto alto da argumentação de M. Dobb foi a evocação do processo histórico de formação do capitalismo como produtor, igualmente, de um modelo de diferenciação social também novo e único na história. Ao discordar da atribuição à divisão do trabalho o papel de causa do empresário capitalista, lembrou que outros fatos sociais, como a diferenciação de classes e a propriedade privada da terra teriam o mesmo direito de serem chamados “causas” do empresário capitalista:

... não existe uma razão prima facie para supor que as necessidades de integração de uma sociedade diferenciada não possam ter sido, no passado, e não possam ser, no futuro, satisfeitas de uma outra forma, na medida em que as condições sociais sejam diferentes. (...) A visão oposta, em resumo, que o presente autor pretende avançar, significa que o progresso das formas econômicas é uma função, não apenas da divisão social do trabalho, mas também da diferenciação de classes. (DOBB: 1924, p. 70)

A existência de determinadas vantagens diferenciais foi um fator histórico tão importante quanto a divisão do trabalho, para o surgimento e o fortalecimento dos agentes capitalistas. Para aqueles que se beneficiaram delas, a aceitação dos riscos inerentes ao comércio e ao empreendimento manufatureiro foi muito mais possível e suportável. Ao mesmo tempo, num processo paralelo, outros grupos da população foram sendo progressivamente colocados na dependência dos proprietários, em função de sua incapacidade relativa de prover a subsistência por meios próprios e autônomos. Essa interdependência entre as classes esteve na base da formação do capitalismo.

Por isso mesmo, M. Dobb felicita a decisão dos economistas neoclássicos de irem buscar as motivações históricas mais importantes em etapas anteriores à Revolução Industrial. O sistema fabril, sendo o ponto culminante de um longo processo de evolução, não possibilitaria uma visão integral das transformações que deram vida ao empresário capitalista. A fábrica moderna, que ajudaria a colocar por terra o amplo e pesado edifício dos privilégios e monopólios da chamada “Era Mercantilista”, serviria

para encobrir o quanto se beneficiaram os empresários, comerciantes e manufatureiros, de todas as restrições legais e institucionais que caracterizaram aquela fase histórica.

Se os monopólios e privilégios comerciais e artesanais cumpriram um relevante papel na consolidação de interesses e fortunas, também a propriedade das terras, segundo M. Dobb, teve um significado decisivo na manutenção e na ascensão de outros grupos aos círculos de riqueza e poder. A terra era fundamental como meio de produção para a agricultura, mas também revelaria sua grande importância na exploração do subsolo. O extrativismo mineral, sobretudo na era fabril, seria um dos mais sólidos componentes da riqueza de um indivíduo ou grupo, quer por exploração direta dos proprietários, quer por arrendamento a terceiros para o mesmo fim.

O trânsito entre um lado e outro do “mundo dos negócios” também foi bastante comum, como procurou demonstrar M. Dobb. Não só pelos arrendamentos de terras, para fins agrícolas ou extrativistas, novos empresários eram atraídos para as atividades lucrativas, num procedimento já clássico no qual “dinheiro chama dinheiro”. O empreendimento, de qualquer tipo (comercial, industrial, agrário), era necessariamente uma decorrência da disponibilidade de recursos para iniciá-lo. Tanto em moldes individuais, quanto em formatos coletivos (associações de vários tipos), esses recursos precisariam existir para inaugurar a empresa.

Do campo para a cidade, ou mesmo da cidade para o campo, a mobilidade dos empresários foi se acentuando com a expansão dos negócios. Tal mobilidade, todavia, não deve servir para confundir-se com flexibilidade. Quanto maiores foram se tornando os empreendimentos e o alcance geográfico das empreitadas, mais restrito ficava o acesso aos seus quadros dirigentes. O aumento progressivo das fortunas fazia-se acompanhar de um crescimento também vigoroso do poder que garantia a continuidade da riqueza nas mesmas mãos. A assimilação dos burgueses endinheirados pela nobreza rural da Europa, por meio de casamentos e outras espécies de sociedades, foi um fenômeno bastante comum por todo o continente.

Alguns artifícios também foram amplamente empregados para barrar a pretensão de concorrentes no lucrativo mundo dos negócios do comércio e da manufatura. Um dos mais conhecidos, como salientou M. Dobb, foi o estabelecimento de rígidos controles sobre a concessão da “maestria” a novos pretendentes. O pagamento de jóias para o ingresso na gestão manufatureira [*mastership*] começou a se elevar a partir do final do

século XV, sobretudo na Inglaterra. No resto do continente, além das altas taxas cobradas para a aceitação dos novos membros, passou a ser exigida ainda a execução de uma peça altamente qualificada e cara, da qual, contudo, os filhos dos mestres já estabelecidos estavam isentos. Assim, a maestria progressivamente transformou-se num bem hereditário, mais uma condição da crescente diferenciação social que progredia.

O poder político resultante da riqueza desses indivíduos e grupos tendia a ser usado para aumentar cada vez mais os seus privilégios e monopólios, tornando-os ainda mais poderosos. Na outra ponta, crescia o número de trabalhadores que perdiam seus próprios bens e colocavam-se na dependência dos grandes proprietários. Numa escala intermediária, havia pouco espaço livre para a ascensão de novos concorrentes ao exclusivo mundo dos negócios. Embora tivesse havido certa flexibilidade nesse contexto de restrições, M. Dobb destacou a necessidade de pensar-se a regra e não as exceções que porventura vieram a acontecer:

Ora, é perfeitamente verdadeiro que poucos desses monopólios foram absolutos por qualquer duração de tempo. É verdade que sempre houve aquilo que o Dr. Marshall chamou de ‘mobilidade marginal’. Sempre houve alguns jornaleiros que se tornaram pequenos mestres, pequenos mestres que se tornaram grandes mestres e grandes mestres que se tornaram importantes mercadores internacionais. Por alguma razão, tornou-se costumeiro concentrar a atenção exclusivamente nessas instâncias de mobilidade e rejeitar uma interpretação monopolista do desenvolvimento da diferenciação de classes, porque sempre existiu ALGUMA mobilidade entre as gradações. A posse de dinheiro e de privilégios facilita a obtenção de mais dinheiro e de maiores privilégios, ao passo que o inverso é verdadeiro para aqueles que se mantêm numa posição de dependência. (DOBB: 1924, p. 76)

Para reforçar as conclusões do autor, cumpre lembrar que o processo histórico que pretendeu opor à visão neoclássica, predominante em Cambridge, revelou a emergência dessa diferenciação social que iria caracterizar as relações econômicas no capitalismo. Longe de considerar o empresário capitalista (tratado no texto como *undertaker* e não como *entrepreneur*) como originário de uma necessidade do sistema de divisão do trabalho desenvolvido na manufatura, M. Dobb o qualificou como o produto de uma transformação econômica e social que alterou de modo profundo o modelo vigente de criação e de apropriação da riqueza.